



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009360-80.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **DALVA APARECIDA DO NASCIMENTO**
 Requerido: **MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETR LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido junto um aparelho de telefonia celular de fabricação da ré.

Alegou ainda que o produto dentro logo nos primeiros meses de uso apresentou vícios de fabricação, mas após encaminhá-lo à assistência técnica recebeu um laudo noticiando que perdera a garantia porque, em decorrência de mau uso, ele foi oxidado.

Refutando qualquer utilização indevida do bem, almeja à devolução do valor pago por ele.

A preliminar arguida pelas rés em contestação não merece acolhimento, já a realização de perícia é prescindível à solução do litígio, como adiante se verá.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

Oportuno trazer à colação uma vez mais o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que as ré sustentou que a autora não faz jus à garantia porque o problema de funcionamento no aparelho celular que adquiriu derivou de sua inadequada utilização.

Em respaldo, o laudo de fl. 36/39 constatou a oxidação da parte interna do produto, o que teria sido causado *“Exposição à contato líquidos, água, chuva, umidade extrema, transpiração anormalmente intensa, vapor ou outro tipo de umidade; areia, alimentos, sujeiras ou demais substâncias”*.

Outrossim, é certo que a ré se omitiu sobre seu interesse pelo alargamento da dilação probatória (fl. 71) após ser instada a manifestar-se a propósito com expressa referência sobre como se daria a distribuição do ônus da prova (fl. 71).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque reputo que a isolada apresentação do laudo de fl. 36/39 é insuficiente para estabelecer a convicção de que a autora deu causa à perda da garantia do aparelho em apreço.

Como ele é novo, a oxidação de suas partes internas pode até ter decorrido de ação da autora, mas não se pode descartar a possibilidade de vício de fabricação guardar relação com isso.

Por outras palavras, se não se deve afastar a responsabilidade da autora pelo resultado apurado, da mesma maneira inexistente base segura


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

para eximir a da ré.

Significa dizer que tocava a estas amealhar elementos concretos que dirimissem qualquer dúvida sobre o tema e comprovassem a culpa exclusiva da autora, mas elas não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque nada amealharam nessa direção, somando-se ao laudo de fls. 36/39.

Não se pode olvidar que isso poderia dar-se por diversas maneiras, seja pela apresentação de outros documentos que confirmassem com a indispensável especificidade o estado do produto, especialmente quanto a quais agentes próprios teriam dado causa a isso (a referência genérica a "umidade, infiltração de líquidos, entre outros" isoladamente não basta à certeza de qual situação rendeu ensejo ao resultado apontado), seja por meio de testemunhas que patenteassem a má utilização do bem por parte da embargada.

O que não se concebe é a oferta de documento desacompanhado de maior explicação ou de outros dados para alicerçar a explicação da embargante.

Tudo isso, outrossim, poderia ter lugar sem que a efetivação de perícia se desse.

Bem assim, patenteado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pela autora para a aquisição do objeto.

Essa alternativa melhor apresenta-se para a definitiva solução do conflito, evitando indesejáveis desdobramentos que poderiam acontecer em caso de escolha de outra opção.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 899,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2018 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação, a ré que o fizer terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 03 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**